



AOS TRABALHADORES DA ESTRADAS DE PORTUGAL, SA

**CONTRA A AUSÊNCIA DA GARANTIA DA ESTABILIDADE
DE EMPREGO E DO TRABALHO COM DIREITOS**

CONTRA A FUSÃO DA ESTRADAS DE PORTUGAL COM A REFER

GREVE NACIONAL – 16 DE ABRIL!

O Governo e o Conselho de Administração conjunto EP,SA/REFER,EPE, continuam sem dar quaisquer reais garantias quanto ao futuro dos trabalhadores da ESTRADAS DE PORTUGAL, SA, sejam eles os do quadro de pessoal transitório, sejam os do contrato individual de trabalho, como se provou na reunião do passado dia 24 de Março, com todas as organizações sindicais das duas empresas, em que o Presidente do CA conjunto, António Ramalho, se limitou a propagandear um futuro mirífico para a nova empresa e os trabalhadores.

Contudo e já como tinha acontecido anteriormente, na reunião desta Federação com o vogal do CA, Adriano Moreira, realizada no dia 6 de Março, não houve uma única resposta concreta que fosse, para a futura situação dos trabalhadores do quadro de pessoal transitório, chegando ao ponto de dizer que o futuro diploma legal de constituição da “Estruturas de Portugal, SA” nada iria referir sobre o assunto, o que a ser verdade deixará, de imediato, estes trabalhadores à mercê da legislação sobre extinção de organismos e serviços públicos, ou seja, sob a alçada da malfadada requalificação.

Aliás, é inaceitável que o Governo não tenha até à data dado a conhecer as suas intenções quanto ao que pretende fazer aos trabalhadores do QPT e não tenha convocado qualquer processo negocial para definir o seu futuro, num quadro de total respeito pelos seus direitos, designadamente, a estabilidade de emprego.

Por outro lado, sobre os trabalhadores do contrato individual de trabalho, o panorama não é melhor, já que o Conselho de Administração conjunto (futuro CA da InfraEstruturas de Portugal, SA) fugiu a assumir qualquer compromisso no sentido de, no curto prazo, pôr estes trabalhadores ao abrigo de um instrumento de relações colectivas de trabalho, negociado com as organizações sindicais. Ou seja, é evidente que para os futuros dirigentes da nova empresa, a opção é a da imposição, por regulamento, das relações de trabalho, sempre focadas nos mínimos previstos no Código do Trabalho, perpetuando a situação que já existe na Estradas de

Portugal há vários anos.

O Conselho de Administração conjunto, tem vindo a desenvolver uma intensa campanha para tentar convencer os trabalhadores das duas empresas de que a sua fusão é ideal e que daí só virão benefícios para o País e para os trabalhadores.

Na verdade, mesmo com muitos números de rentabilidade “logo no primeiro dia” e outras coisas do género, há aspectos que são indismantíveis:

- A futura empresa transportará consigo as consequências das políticas ruinosas impostas pelos sucessivos governos do PS e do PSD/CDS, com o desmantelamento do sector ferroviário público e dos encargos das PPP no sector rodoviário.
- A futura empresa não será o somatório das estruturas das empresas actuais, pelo que, não será só ao nível das chefias (como o Conselho de Administração quer fazer crer) que pretendem reduzir efectivos.
- Os próprios objectivos traçados pelo Governo para a futura empresa, a que estão associadas as concessões/privatizações, designadamente dos sectores mais rentáveis, colocarão em perigo muitos postos de trabalho, tendo em conta que a InfraEstruturas de Portugal, SA, não fará mais do que conceber e planificar o que os grandes grupos económicos privados continuarão a explorar.

É neste quadro de incerteza e insegurança para os trabalhadores da Estradas de Portugal, SA, que a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais decidiu convocar uma Greve Nacional dos trabalhadores desta empresa, para o próximo dia 16 de Abril, fazendo coincidir esta luta com a dos trabalhadores da REFER que no mesmo dia irão estar em greve, pelos mesmos objectivos:

- CONTRA A FUSÃO DA EP,SA COM A REFER, EPE!
- PELA ESTABILIDADE DE EMPREGO!
- PELO TRABALHO COM DIREITOS!

ADERE À GREVE NACIONAL A 16 DE ABRIL!

DEFENDE A ESTABILIDADE DO TEU EMPREGO!

LUTA PELO TRABALHO COM DIREITOS!

Lisboa, 8 de Abril de 2015

A Direcção Nacional
da FNSTFPS